

Exploração eleitoreira faz presidente limitar suas viagens pelo país

André Gustavo Stumpf

Brasília — Imagine-se a seguinte cena: o presidente da República desce no aeroporto de qualquer cidade brasileira e um candidato daquele estado o recebe com faixas, banda de música, um significativo abraço e fotografos colocados em posições estratégicas. Dias depois, essa fotografia aparece nos jornais anunciando ao eleitorado que o presidente José Sarney apóia aquele candidato.

As viagens do presidente da República estão se tornando cada vez mais embaraçosas. Ele não consegue andar, recebe abraços fortíssimos, surpreendentes e até comovedoras demonstrações de solidariedade, tudo isso em nome da campanha eleitoral. O presidente já percebeu o fenômeno e optou pela solução mais simples: vai viajar o mínimo possível dentro do Brasil até a eleição de novembro, e aproveitará este espaço de tempo para produzir sua nova política externa.

A situação está tão crítica que, este mês, o presidente tem somente duas viagens marcadas: uma para Campinas, no próximo dia 15 — ida e volta no mesmo dia —, e outra para Ouro Branco, Minas Gerais, onde vai inaugurar uma unidade da Açominas. A viagem mineira terá algum conteúdo político porque está prevista para o dia 25 de julho, quando o governador Hélio Garcia anunciará o nome de seu candidato ao governo do estado através do PMDB.

Mas o presidente Sarney não quer mais se envolver nas sucessões estaduais. Ele foi a Imperatriz, no Maranhão, e acrescentou de próprio punho no texto de seu discurso que Eptácio Cafeteira é "meu candidato ao governo" — para dar o único recado expresso e explícito em matéria de sucessão estadual. A Aliança Democrática só deu certo em três estados — Maranhão, Amazonas e Mato Grosso do Sul — e nem mesmo a antiga idéia de prestigiar os candidatos da coligação PFL-PMDB prosperou. O presidente não quer subir em nenhum palanque.

A solução encontrada para passar ao largo do tiroeteio da campanha eleitoral é uma devoção à política externa. Neste mês, José Sarney irá a Buenos Aires tratar de um amplo acordo comercial entre Brasil e Argentina. Na realidade, o presidente brasileiro e Raúl Alfonsín vão tentar estabelecer um projeto de integração regional das duas economias — de maneira a auxiliar tanto um quanto outro país. É um tipo de comércio em que os países trocam mercadorias, expandem seus negócios internos, elevam as exportações e não utilizam dólares.

Em setembro, o presidente da República irá a Washington para se reunir com o presidente Ronald Reagan e discutir o difícil, denso e tenso relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. Essa viagem tem um sentido especial, porque Washington e Brasília tem estado em situação de confronto em diversas áreas: informática, videocassete, exportação de produtos brasileiros para o mercado americano, ameaças de retaliação. No fundo de tudo, um comércio rendoso para os dois lados. Há muito o que conversar.

Mas a assessoria do presidente da República quer mais. O palácio trabalha com a hipótese de o presidente Sarney parar no México — em Cancún — a caminho dos Estados Unidos para se encontrar com chefes de estado latino-americanos. Trabalha, também, com a possibilidade de o presidente ir à França ainda este ano e talvez à Espanha. A proliferação de viagens ao exterior tem outra motivação, além da tentativa de contornar a campanha eleitoral: o Congresso nacional concedeu uma licença para que o presidente viaje ao exterior por um período muito longo: ele está autorizado a realizar qualquer visita ao estrangeiro até o final de janeiro de 1987. Basta comunicar às mesas da Câmara e do Senado.

Existem outras hipóteses de trabalho: viagens para Angola, Índia, Japão e até União Soviética. Mas são apenas hipóteses de trabalho, porque qualquer viagem presidencial demanda um tempo excepcionalmente largo — algo em torno de dois meses — para ser organizado. O problema maior com a política externa, do ponto de vista do Planalto, está na mania que o ministro Abreu Sodré tem de anunciar antes do tempo algumas decisões. A Presidência já deu os recados objetivos de que não deseja a ocorrência de episódios deste tipo. E o ministro caiu na muda. Não fala.

Mas como não há qualquer viagem prevista para o mês de agosto (segundo a agenda do presidente, ele ficará em Brasília durante todo o mês), não é improvável que o Planalto anuncie outra viagem ao exterior para agosto. Afinal de contas, existem diversos projetos de viagem prosperando na assessoria internacional do presidente, chefiada pelo embaixador Rubem Ricupero.

Cerimônia na rampa pode ser suprimida

Brasília — Por se tratar de um ato cívico e não político, conforme definiu um assessor direto do presidente José Sarney, a tradicional cerimônia de descida da rampa do Palácio do Planalto nas sextas-feiras, deverá acabar.

A segurança do Palácio já sugeriu ao cerimonial e ao presidente José Sarney o fim da cerimônia por questão de segurança. A solenidade foi instituída em 1964 pelo presidente Castelo Branco.

A praça localizada em frente do Palácio do Planalto vem servindo de palco para várias camadas sociais — como funcionários públicos, professores, aposentados e bóias-frias — manifestarem sua insatisfação com os salários ou fazerem qualquer tipo de reivindicação, como casa e terras.

A medida evita que o presidente se veja mais uma vez constrangido a ouvir — pela obrigação de cumprir um ritual de hora marcada — slogans políticos como o entoado pelos professores em greve do Distrito Federal, há um mês: "O povo não esquece, Sarney é PDS".